

UM ESTUDO SOBRE INVESTIMENTOS EM TÍTULOS PÚBLICOS E PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Jéssica dos Santos Antezana

UFMS

jessicaantezana1@gmail.com

Marcos André Alves de Carvalho

UFMS

marcoscrbams@gmail.com

Thalita Hosana Rondon Paim

UFMS

thalitahosana@outlook.com

Silvana Duarte

UFMS

Silvana.duarte@ufms.br

RESUMO

O estudo teve como objetivo fazer uma análise e uma comparação entre os títulos públicos do tesouro direto e cada tipo de suas aplicações e os planos privados de previdência privada Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), para verificar qual investimento é mais vantajoso para quem quer fazer estes tipos de aplicações financeiras. Consiste num tipo de pesquisa documental, visto que foram analisadas informações extraídas de documentos oficiais que podem ser acessadas pelo público em geral. Os resultados mostram que em todas as comparações que as aplicações no Tesouro Direto se mostram mais vantajosas com relação aos planos de previdência privada.

Palavras-chave: Investimento, Tesouro Direto, Previdência Privada.

1 INTRODUÇÃO

No mercado existem vários tipos de investimentos com a finalidade de obter bom rendimento utilizando-se o salário ou parte dele como um aporte para a aposentadoria com a finalidade de conseguir um complemento de renda tendo em vista a realidade brasileira que apresenta uma previdência deficitária e prestes a entrar em colapso, somando-se a sombra da oscilação da inflação que leva ao aumento dos custos e perda da renda.

Segundo o Tesouro Nacional os títulos públicos são classificados como ativos de renda fixa onde o investidor empresta dinheiro ao governo em troca de pagamento de juros e que pode se estimar aproximadamente qual será o retorno financeiro dependendo da carteira escolhida diferentemente das carteiras de renda variável onde não se pode ter este cálculo.

De acordo com a Caixa Econômica Federal, planos de previdência privada são uma forma de seguro que uma pessoa física contrata junto ao banco como forma de retorno futuro ao beneficiário geralmente ao período que o contratante se aposentar. Ainda segundo a Caixa, esses planos são realizados em duas fases: de acumulação onde são feitos depósitos mensais; e o segundo é o resgate que é o período de recebimento de parcelas mensais pelo beneficiário com cálculos atuariais.

O estudo tem por objetivo geral elaborar um estudo sobre os títulos públicos do Tesouro Direto, com ênfase ao tesouro Selic e os planos de previdência privada, muito populares e rentáveis a médio e longo prazo e com liquidez aceitável. Os objetivos específicos são analisar custos e taxas de mercado aplicado aos investimentos de em títulos públicos em especial o tesouro Selic e previdência privada, comparar os planos disponíveis no mercado e aferir o melhor investimento adequado ao perfil do investidor levando em conta os riscos e grau de liquidez de cada aplicação. Verificar a rentabilidade real de cada aplicação com base nos últimos anos

. Este estudo visa responder a dúvida: qual a importância de se conhecer títulos públicos e os planos de previdência privada? Este artigo tem a proposta de esclarecer o mecanismo de funcionamento dos variados títulos públicos e planos de previdência privada além de fornecer informações sobre taxas e rentabilidade.

2 METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi(2017) existem os métodos para pesquisa que podem ser qualificados em quantitativos e qualitativos, onde procura-se buscar a qualidade dos dados

coletados, além da preocupação dos dados coletados para sua análise. Com base nessa premissa pode-se afirmar que a metodologia empregada neste estudo tem como propósito de elaborar um estudo descritivo e com coleta de dados, sendo a pesquisa feita de forma quantitativa e qualitativa com foco no mercado brasileiro de investimento em títulos públicos com ênfase ao tesouro direto Selic e os planos de previdência privada PGBL e VGBL, fazendo uma comparação entre os títulos e os planos destacados com análise de documentos, sites, jornais, assim configurando um tipo de pesquisa documental.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica descreve o conceito de títulos públicos e os planos de previdência privada e utilizando a comparação entre eles mensurando seus riscos, com a intenção de avaliar qual é o investimento adequado para cada perfil de investidor. É feita a análise de como cada operação demonstrando as etapas para adquirir um título público podendo ser pela internet ou fisicamente.

3.1 INVESTIMENTO

Segundo Aranha (2013), investimento é o ato de uma pessoa, ao final de um determinado prazo receber um retorno de um valor investido, com o objetivo de essa pessoa aumentar sua riqueza. De acordo com Giudicce e Stender (2017), bancos e corretoras de valores tem buscado maneiras de auxiliar o investidor a procurar produtos que possam ser mais atraentes para cada perfil de investidor verificado e assim direcionar a fazer a melhor escolha para cada situação de aplicação dos recursos.

O mecanismo utilizado para definir escolhas foi nomeado de Análise de Perfil de Investidor (API), sendo muito utilizado em vários países orientando os investidores sobre sua melhor escolha. Porém no Brasil ainda é difícil utilizar este formulário devido a complexidade do sistema. Segundo Souza (2018), investimentos financeiros são operações em que se obtém um ganho sobre valores investidos e dependendo da operação pode se conseguir tanto como muito pouco ganho ou retornos altíssimos, dependendo da categoria escolhida.

De acordo com Camargo (2016), quando se escolhe um investimento é necessário que o investidor tenha de analisar fatores tais como: rentabilidade, os riscos, os custos, as taxas e a liquidez do ativo. Além disso, é dispensável a comparação dos investimentos de renda fixa

com o mercado de ações, onde o risco é muito elevado, porém com rentabilidade superior aos investimentos de renda fixa.

Para avaliar qual o melhor tipo de Investimento, é preciso levar em conta alguns fatores importantes, como os custos associados ao investimento, destacando-se a Tributação incidente sobre os ganhos e rendimentos auferidos. Por isso, é importante conhecer a tributação que incide sobre cada tipo de investimento, para evitar o pagamento de impostos desnecessários. (Telles, 2013).

De acordo com Bilk (2016), no mercado financeiro existem diversos tipos de investimentos disponíveis, dentre eles estão: Certificado de Depósito Bancário (CDB), Recibo de Depósito Bancário (RDB), Certificados de Depósito Inter financeiros (CDI), Debêntures, Fundo de Ações, Fundos de Rendas Fixas, dentre outros. Cada uma das alternativas apresenta diferentes tipos de cobranças de impostos, taxas e remuneração que influenciam o resultado final.

O investidor deve estar atento a alguns aspectos no momento de aplicar os seus recursos, observando: a liquidez do investimento, que é o tempo em que o investidor poderá sacar esse investimento. Se o investidor optar por caderneta de poupança, pode resgatar seu dinheiro a qualquer momento, enquanto que ao investir em Fundos de Ações, só poderá resgatar o seu dinheiro dentro de um prazo determinado.

Outro ponto de observação é o risco associado ao investimento, que varia de acordo com o retorno desse investimento. Em investimentos com retorno garantido, em que não há muita variação, o risco de perda para investidor é pequeno. Já a Rentabilidade é o retorno que o investidor tem sobre o capital investido. Quanto maior o risco ao qual o investidor está exposto, maior pode ser o retorno, por isso o risco e a rentabilidade estão diretamente ligados. (Telles, 2013).

A alta tributação incidente sobre o investimento pode aumentar os custos associados, e assim desanimar os investidores. No Brasil, todas as aplicações financeiras estão sujeitas a cobrança do Imposto sobre a Renda e do Imposto sobre operações financeiras. Investimentos em Títulos públicos e em CDB são do tipo Renda Fixa e estão sujeitos a cobrança desses tributos.

Além da cobrança de Imposto de Renda e do Imposto sobre Operações Financeiras, aqueles que optam por investir em Títulos Públicos, como Tesouro Direto, estão sujeitos a

cobrança de duas taxas, uma cobrada pela B3 e outra cobrada pela instituição financeira que o investidor realiza suas operações de investimento. (Bilk et al 2016).

3.2 TÍTULOS PÚBLICOS

Segundo o Tesouro Direto (2018), títulos públicos são investimentos que tem como característicos ativos de renda fixa, ou seja, quem investe sabe quanto vai receber de retorno no ato do investimento, diferentemente dos ativos de renda variável, que no caso são o mercado de ações. Pelo fato destes títulos possuírem menor volatilidade, em outras palavras sofrerem pouca variação do mercado, é um investimento de baixo risco de perda, ideal para quem deseja um investimento mais conservador.

Segundo o Tesouro Nacional (2018), o programa Tesouro Direto foi criado em 7 de Janeiro de 2002, juntamente com o BM&F BOVESPA(Bolsa de Valores),que dá o direito a qualquer pessoa física que tenha CPF de adquirir um titulo publico, objetivando a democratização de acesso aos investimentos mais bem avaliados do mercado de renda fixa.Trata-se de que ao comprar um titulo publico , a pessoa esta emprestando dinheiro ao governo do Brasil em troca de recebimento de juro no prazo de carência do titulo.De acordo com a Escola Brasileira de Direito(2018), os títulos do Tesouro Direto não existem fisicamente, ou seja, não existem em papel e são negociados de forma escritural.

No entanto a garantia é feita através de um protocolo que cada operação gera.Isso significa que este titulo sempre fica vinculado ao CPF do investidor, que pode consultar a hora que lhe for conveniente. De acordo com Ferreira (2018), o Tesouro Direto é dividido em três categorias. A primeira é o tesouro prefixado.A segunda é o tesouro IPCA, cujo calculo de seu rendimento é feito a partir do índice de inflação. E o ultimo é o tesouro Selic. Segundo Pires (2018), o perfil da maioria dos investidores brasileiros procura um investimento mais conservador, nesse caso os investimentos que possuem maior grau de risco são deixados em segundo plano. Nesse caso a caderneta de poupança ainda é a mais procurada.

Para Massaro (2018), a poupança é um tipo de investimento que sempre será menos rentável que o Tesouro Selic, mesmo o titulo sendo atrelado à taxa de juros do mercado, com a queda da taxa Selic ainda assim o rendimento será maior do que a poupança. De acordo com Wainberg (2017), para começar a investir no tesouro Selic é necessário que o interessado tenha um CPF e procurar uma corretora de valores e solicitar a abertura de uma conta.

Mas se o interessado for correntista de algum banco nos terá a necessidade de abrir uma nova conta, já que os bancos trabalham também como corretoras. Segundo Mardones

(2017), a rentabilidade é calculada de acordo com a variação da taxa de juros do mercado, a taxa Selic. Se a taxa de juros aumenta o título tem uma maior rentabilidade, caso a taxa de juros sofra queda sua valorização tende a ser menor. Uma grande vantagem desse título é que ele possui rendimento diário, diferente dos títulos pré fixados e por isso o valor sempre será indefinido.

De acordo com a BTG Pactual digital (2017) o tesouro Selic é indicado para quem deseja construir um colchão financeiro seguro, porque uma vez que seu grau de conservadorismo é grande, sendo uma fonte emergencial de recursos por possuir liquidez, em outras palavras, pode ser resgatado no momento que for desejado.

3.3 PREVIDÊNCIA SOCIAL

Segundo Shosster ET AL.(2015), a previdência social tem como princípio básico em seu sistema é objetivar a segurança da família, assim como o bem estar social, quando o indivíduo perder sua capacidade laboral. Em sua essência a previdência social é um seguro que faz pagamentos mensais aos trabalhadores e seus dependentes assim que a capacidade produtiva desse trabalhador chega ao fim. Forma-se um regime de caixa ou repartição onde o dinheiro depositado tem a função de pagar aposentadorias e pensões.

De acordo com a Previdência Social (2017), a renda da previdência social é utilizada para pagamentos também para quem tem problema de doença, reclusão e maternidade. Segundo o Ministério da Previdência Social (2017), existem quatro tipos de aposentadoria que são concedidas:

- Aposentadoria por idade: Começa a ser paga quando o trabalhador homem completa 65 anos e quando a mulher completa 60 anos. Os trabalhadores rurais podem solicitar a aposentadoria com 60 anos os homens, enquanto com 55 anos as mulheres podem fazer o pedido. O critério para a concessão da aposentadoria é que se deve contribuir por quinze anos depois de 25 de julho de 1991. Já para quem começou a contribuir antes dessa data o mínimo é de 144 contribuições;
- Aposentadoria por tempo de contribuição: nesta deve observar o tempo mínimo de contribuição de trinta e cinco anos no caso dos homens e de 30 anos para as mulheres. Professores são uma exceção a regra, pois o tempo de contribuição é menor, de 30 anos para os homens e de 25 anos para as mulheres;

- Aposentadoria por invalidez: Quando a pessoa é submetida a uma perícia médica do INSS e o laudo confirma que a pessoa não tem mais condições de continuar trabalhando, seja por doença ou acidente de trabalho;
- Aposentadoria especial: destinado aos trabalhadores expostos à agentes que podem ser nocivos trazer riscos à saúde do trabalhador, podendo ser agentes biológicos físicos ou químicos.

3.4 PREVIDÊNCIA PRIVADA

Segundo Carlos (2014), a previdência privada surgiu com a lei 6.435/77, para o incentivo a empresas prestarem o serviço deste tipo. Teve como base o modelo dos Estados Unidos. Os planos de previdência privada nos últimos trinta anos tiveram uma evolução significativa, sofrendo varias transformações passando por períodos de crise.

Atualmente o Brasil ocupa o oitavo lugar no mundo no mercado de fundos de pensão. De acordo com Aguiar (2016), existem dois tipos de previdência privada: previdência de regime aberto e previdência de regime fechado. A previdência de regime aberto qualquer cidadão tem direito de adesão, já o de regime fechado contempla apenas a funcionários de empresas e servidores públicos.

Para Gisele (2018), os planos de previdência privadas são muito populares no Brasil devido a crença que eles oferecem um pagamento mensal mais alto do que é oferecido pelo governo. E se destacam os planos que são os mais populares entre os brasileiros que são o PGBL e VGBL. PGBL é a sigla de Plano Gerador de Benefícios Livres. VGBL significa Vida Geradora de Benefícios Livres, ambos não possuindo vínculo com o INSS. São regulados pela Susep, órgão do governo federal regulamentador de seguros no país, já que esses planos são considerados seguros e não investimento.

3.5 PLANO GERADOR DE BENEFICIO LIVRE – PGBL

Para satisfazer as diversas necessidades ou perfis dos investidores, o mercado financeiro atualmente oferta uma grande diversidade de opções para os indivíduos que desejam fazer investimento financeiro. Dentro deste contexto de poupar para aposentadoria, o mercado financeiro brasileiro oferta um plano previdenciário, complementar a previdência pública, denominado Plano Gerador de Benefício Livre, ou simplesmente PGBL.

O PGBL tem algumas características que o torna interessante para investigação. Primeiramente por ser, juntamente com o Vida Gerador de Benefício Livre-VGBL, os únicos planos de previdência privada aberta ofertados pelo mercado. Uma outra característica, que é de suma importância, e que diferencia o PGBL dos demais investimentos, é o fato dos investimentos neste plano terem o benefício fiscal de poderem ser deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda o valor das contribuições no limite de até 12 % da renda bruta. Outra característica, super importante no PGBL, é o fato do título não entrar no inventário. Ou seja caso o titular venha a falecer o dinheiro passa automaticamente para seus beneficiários.

Segundo a Brasilprev (2006), o Plano Gerador de Benefício Livre visa à acumulação de recursos que serão transformados em renda futura. Para isso, os aportes, periodicamente feitos pelos clientes são aplicados em um FIC (Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Especialmente Constituídos).

De acordo com a SUSEP (2010) os planos PGBL seguirão três modalidades de carteira: soberano, renda fixa ou composto. Soberano é a modalidade de aplicação em títulos do Tesouro Nacional, do banco central e créditos securitizado do Tesouro Nacional. Renda fixa tem as mesmas aplicações acrescidas de investimentos de renda fixa. Composto permite aplicação em renda variável até 49 % do patrimônio líquido do fundo de investimento. Ao final do período de deferimento o valor do benefício é calculado conforme provisão matemática na data de concessão.

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

De acordo com Paula Basile (2020), o conhecimento e o investimento no Tesouro Direto é de muita importância se o investidor deseja abrir mão de depositar seu dinheiro na poupança uma vez que pode se ter um retorno mais elevado com títulos públicos enquanto a poupança com o aumento dos juros pode ter um ganho real negativo. A figura 1 abaixo mostra as rentabilidades dos diversos tipos de papéis públicos negociáveis:

Figura 1 - Rentabilidade Dos Títulos Do Tesouro

Título	Vencimento	Rentabilidade Bruta		
		No Mês	No Ano	Em 12 Meses
Tesouro Prefixado 2020 (LTN)	01/01/2020	1,07%	-	-
Tesouro Prefixado 2023 (LTN)	01/01/2023	1,27%	19,13%	19,60%
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais 2027 (NTNF)	01/01/2027	0,30%	11,68%	11,86%
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2026 (NTNB)	15/08/2026	-0,02%	13,75%	14,44%
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTNB)	15/05/2035	-0,63%	12,44%	13,43%
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTNB)	15/08/2050	-1,34%	12,26%	13,50%
Tesouro IPCA+ 2024 (NTNB Princ)	15/08/2024	-0,44%	13,27%	14,06%
Tesouro IPCA+ 2035 (NTNB Princ)	15/05/2035	-1,31%	12,20%	13,70%
Tesouro IPCA+ 2045 (NTNB Princ)	15/05/2045	-2,42%	-	-
Tesouro Selic 2023 (LFT)	01/03/2023	0,33%	-	-

Fonte: Tesouro Nacional (2017)

Segundo STN (2020), o tesouro direto é uma ótima alternativa de investimento porque possibilita títulos com variáveis tipos de rentabilidade que encaixa em cada perfil de investidor além de ser uma aplicação de rápida liquidez e oferece poucos riscos. A tabela 1 abaixo faz uma simulação de investimento utilizando como base o valor de investimentos de cem mil reais aplicando-se em cada tipo de título por um prazo de doze meses veremos qual valor teremos retorno. Obs: O valor é estimado em projeções de mercado e total bruto de desconto de IR e taxas administrativas e sem opção de fazer um aporte mensal que pode aumentar os rendimentos

Tabela 1: Simulando investimento

Titulo	Valor (R\$)	Rentabilidade Anual (%)	Prazo (Meses)	Retorno (R\$)
TESOURO PREFIXADO 2023	100000	4,20	12	104.132,90
TESOURO PREFIXADO 2026	100000	6,30	12	106.234,78
TESOURO PREFIXADO com juros semestrais 2031	100000	7,00	12	106.941,94
TESOURO SELIC 2025	100000	SELIC + 0, 0344	12	104.467,65
TESOURO IPCA ⁺ 2026	100000	IPCA + 2,66	12	105.759,34
TESOURO IPCA ⁺ 2035	100000	IPCA + 4,04	12	107.134,22
TESOURO IPCA ⁺ 2045	100000	IPCA + 4,04	12	107.134,23
TESOURO IPCA ⁺ com juros semestrais 2030	100000	IPCA + 3,27	12	106.375,44
TESOURO IPCA ⁺ com juros semestrais 2040	100000	IPCA + 4,02	12	107.124,36
TESOURO IPCA ⁺ com juros semestrais 2055	100000	IPCA + 4,20	12	107.318,94

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional(2017)

Na tabela 1 fica evidente analisar que ao investir um valor de R\$100.000 no Tesouro Prefixado 2023 no período de 12 meses o retorno financeiro será de R\$ 104.132,90. Por outro

lado se investir o mesmo valor no mesmo período de tempo no tesouro IPCA com juros semestrais 2055 o retorno será de R\$107.318,94 ou seja um valor de R\$3.186,04 a mais se comparado ao retorno obtido no tesouro prefixado 2023. Essa diferença ocorreu porque o Tesouro IPCA possui duas fontes de remuneração como pode-se observar na 3 coluna que é a taxa de juros fixa mais a inflação. Na tabela 2 utiliza-se o mesmo valor em outros investimentos:

Tabela 2- Aplicação Em Outros Investimentos

Título	Valor (R\$)	Prazo (Meses)	Retorno (R\$)
Poupança	100000	12	102.915,53
LCI/LCA	100000	12	103.256,81
Fundo DI	100000	12	103.704,96
CDB	100000	12	103.615,33
VGBL	100000	12	102.264,97
PGBL	100000	12	102.264,97

Fonte: STN e Banco Itaú (2020)

Na tabela 2 é perceptível que ao investir os mesmos R\$100.000 no mesmo prazo de 12 meses nos planos de previdência privada a rentabilidade é menor do que investir em Tesouro Direto. Até mesmo a poupança que é a forma de investimentos mais conhecida e mais adotada pelos brasileiros possui um retorno menor que o Tesouro isso ocorre devido ao fato de que a poupança paga 70% da taxa Selic que é a taxa básica de juros da economia e representa a média de juros que o governo brasileiro paga por títulos públicos

CONCLUSÃO

O estudo demonstrou em comparação aos outros investimentos os títulos públicos se mostram mais vantajosos em comparação aos outros tipos de papéis mesmo com despesas e impostos inclusos e por terem uma liquidez alta. Outro ponto relevante foi que apesar de estarem disponíveis em portais online a pesquisa se mostrou trabalhosa e foi analisado de forma minuciosa cada informação descrita neste trabalho.

As limitações desta pesquisa são ao fato de que a cada ano taxas e impostos, e a rentabilidade de cada investimento pode se mostrar desatualizado. Para futuras pesquisas será necessária a consulta das tabelas pesquisadas neste trabalho.

REFERÊNCIAS

Aguilar, L. (2016). **Livro de Direito Previdenciário**. Acesso em 12 de outubro de 2018, disponível em Livro de Direito Previdenciário:

<https://livrodireitoprevidenciario.com/previdencia_privada/>.

Aranha, A. B., & Sacramento, f. j. (2013). **Tesouro Direto: Estudo com os professores da faculdade de administração e ciências contábeis de São Roque**. Revista eletrônica gestão e negócios, 1-27. brasil, c. c. (30 de outubro de 2018).

BILK et al. **Tributação no resultado dos investimentos e das aplicações no mercado financeiro nacional**. Revista Eletr do Alto Vale do Itajaí, 2016, 1-16.

Carlos, S. (2014). **Previdência Privada**. Acesso em 11 de outubro de 2018. Disponível em JusBrasil: <https://stefanocmm.jusbrasil.com.br/artigos/147837252/previdenciaprivada/amp/>.

CONFIRA **os tipos de aposentadoria existentes no Brasil** (2018). Acesso em 30 de outubro de 2018, disponível em Governo do Brasil <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/05/confira-os-tipos-de-aposentadoria-existent-no-brasil>>.

Camargo, L. (2016). **Como investir meu dinheiro: o que preciso saber**. Acesso em 12 de outubro de 2018, disponível em Leticia Camargo Planejameto Financeiro: <<https://www.leticiaamargo.com.br/como-investir-meu-dinheiro/>>.

Direto, T. (2018). **Tesouro Direto**. Acesso em 29 de outubro de 2018, disponível em Tesouro Nacional: <<http://www.tesouro.gov.br/web/stn/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto>>.

Espíndola, A. L. **Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL: Análise comparative com os Fundos de Investimento**. 2006. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Graduação de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Ferreira, G. (2018). **Tesouro Selic: Vale a Pena? Conheça as Vantagens e Desvantagens de Investir Nesse Título Público**. Acesso em 20 de outubro de 2018, disponível em clubedovalor: <<https://clubedovalor.com.br/tesouro-selic/>>.

Gisele. (2014). **Planos de Previdência Privada: o que são e como funcionam**. Acesso em 30 de Outubro de 2018, disponível em Seu Guia de Investimentos: <<http://seuguiadeinvestimentos.com.br/planos-de-previdencia-privada-o-que-sao-e-comofuncionam/>>.

Giudicce, T. L., & Stender, a. c. (2017). **O processo de analise de investimentos em instituições financeiras**. Caderno de Administração Revista do departamento de administração , 1-26.

Marconi, M. A, e Lakatos, E, M. **Metodologia Científica**. 7 edição. São Paulo: Atlas, 2017.pág 297.

Mardones, J.(2017). **O guia completo para entender o tesouro selic**. Acesso em 11 de outubro de 2018, disponível em Administradores:
<<http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/economia-e-financas/o-guia-completo-para-voce-entender-o-tesouro-selic/103277/>>.

Massaro, A. (2016). **Na dúvida? Vá de Tesouro Selic!** Acesso em 11 de outubro de 2018, disponível em Exame:<<https://exame.abril.com.br/blog/voce-e-o-dinheiro/na-duvida-va-detesouro-selic/>>.

Pereira, A. l. (2013).**Riscos e incertezas associados aos investimentos em mercado financeiro**. Periodico científico negocios em projeção , pp. 97-111.

Pires, F. (2018).**Tesouro Selic: entenda tudo sobre este investimento**. Acesso em 29 de outubro de 2018, disponível em Blog Renda fixa:
<<http://www.blog.rendafixa.rocks/investimentos/tesouro-selic/>>

Santos, M .T.L.**Análise qualitativa dos planos de previdência privada aberta do Banco Sigma**.2010.37 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Administração, Curso de Graduação de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010

Silva,I.B.(2012).**Comparativo entre a previdencia complementar aberta e fechada no brasil** Brasília, DF, brasil: fatecs.

TELLES, D. X. A. S. **Tributação das Aplicações Financeiras realizadas por pessoas físicas: uma visão crítica e sugestões de otimização**, 2013,1-20.